



A crise pós-eleitoral em Moçambique: o reflexo de uma insatisfação social profunda

Post-electoral crisis in Mozambique: the reflection of deep social discontent

Bernardo José Caramba

Professor Mestre da Faculdade de Educação, Universidade Licungo - Cidade de Quelimane, Moçambique
e-mail: bcaramba@unilicungo.ac.mz; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7154-0763>

Resumo

Moçambique enfrenta uma crise política e social sem precedentes, desencadeada pelas controversas eleições de outubro de 2024. A violência nas ruas, a destruição de propriedades e a resposta policial desproporcional evidenciam a fragilidade do sistema de governança, caracterizado por má gestão e corrupção. O descontentamento popular é profundo, refletido em manifestações em diversas comunidades que buscam soluções para suas necessidades ignoradas pelo governo. A gestão inadequada dos recursos naturais e as condições precárias nos setores educacional e agrícola exacerbam a crise. A mobilização crescente da população exige uma resposta política urgente, com reformas estruturais e compromisso com a paz. O artigo adota uma abordagem de pesquisa qualitativa que combina pesquisa bibliográfica e análise documental para fornecer uma compreensão abrangente das questões em debate. A implementação de reformas administrativas, a promoção da boa governação e o fomento à investigação científica são essenciais para restaurar a confiança e garantir um desenvolvimento sustentável. Sem ações concretas e inclusivas, Moçambique corre o risco de uma crise prolongada e de graves consequências para seu futuro.

Palavras-chave: crise pós-eleitoral, má governação, insatisfação popular, manifestações, violência e vandalismo.

Abstract

Mozambique faces an unprecedented political and social crisis triggered by the controversial October 2024 elections. Street violence, property destruction, and disproportionate police responses highlight the fragility of the governance system, marked by mismanagement and corruption. Public discontent is deep, reflected in protests in various communities seeking solutions to their needs that the government ignores. The inadequate management of natural resources and the poor conditions in the education and agriculture sectors exacerbate the crisis. The growing population mobilisation demands an urgent political response, with structural reforms and commitment to peace. This paper employed a qualitative approach, merging bibliographic research with document analysis to comprehensively understand the issues at hand. Implementing administrative reforms, promoting good governance, and fostering scientific research are crucial to restoring trust and ensuring sustainable development. Without concrete and inclusive actions, Mozambique risks a prolonged crisis with severe consequences for its future.

Keywords: post-election crisis, poor governance, popular dissatisfaction, protests, violence, and vandalism.

1 Introdução

Moçambique atravessa atualmente uma crise política e social de proporções históricas e sem precedentes, desencadeada após as controversas eleições realizadas a 9 de outubro de 2024. O cenário pós-eleitoral tem se caracterizado por uma série de manifestações intensamente violentas, acompanhadas da destruição generalizada de propriedades públicas e privadas, pilhagens sistemáticas de estabelecimentos comerciais e tumultos graves e uma resposta policial desproporcional que muitas vezes resulta no baleamento mortal e ferimento de muitos civis, entre manifestantes e não manifestantes. Essas manifestações têm abalado profundamente a estrutura social do país.

Esta instabilidade crescente e multifacetada expõe de maneira contundente a fragilidade crônica do sistema de governação moçambicano, que ao longo de décadas tem sistematicamente negligenciado as necessidades básicas e aspirações legítimas da população. Embora o candidato presidencial Venâncio Mondlane, que publicamente se autoproclamou vencedor do pleito eleitoral, seja indubitavelmente uma figura central e catalisadora neste contexto turbulento, a atual crise reflete um descontentamento populacional muito mais amplo e profundamente enraizado, resultado direto de décadas consecutivas de má governação e gestão inadequada dos recursos públicos.

As manifestações evidenciam uma escalada significativa e preocupante de tensões sociais e políticas no país, com diversas comunidades locais sendo forçadas a tomar ações diretas e assertivas para resolver seus problemas fundamentais, face à ausência de respostas governamentais efetivas. Esta mobilização popular crescente se manifesta de maneiras variadas e através de diferentes estratégias de pressão social. Um exemplo notável ocorre em Topuito, distrito de Larde, província de Cabo Delgado onde os residentes, após anos de reivindicações ignoradas, organizaram-se coletivamente para pressionar a empresa KENMARE, tendo conseguido que esta empresa finalmente assinasse um acordo formal com a comunidade para a construção de uma ponte essencial para a mobilidade da população local, e não só.

Num outro caso ilustrativo, a comunidade de Tsalala, no Município da Matola, na província de Maputo, através de uma mobilização bem articulada, após vandalizar e deitar abaixo o muro de vedação à volta de um campo de futebol local outrora usurpado para fins particulares, alcançou êxito em obter compromissos concretos da empresa SIMBE, LDA., através da assinatura de um acordo entre a direção da empresa e as autoridades do bairro, para a melhoria substancial do campo, uma infraestrutura fundamental para o lazer e desenvolvimento social da juventude daquele bairro. Estes casos emblemáticos, embora representem vitórias pontuais para as suas respetivas comunidades, ilustram de maneira contundente e inequívoca a sistemática ausência de respostas governamentais adequadas às necessidades básicas e legítimas das comunidades, evidenciando um padrão preocupante de negligência estatal.

A crise atual que assola Moçambique tem raízes profundas e multifacetadas, sendo uma consequência

direta e inevitável de décadas marcadas por má governação sistemática, corrupção institucionalizada e um persistente descaso político com as condições fundamentais de vida da população, apesar de o país estar independente do colonialismo há cerca de 50 anos.

Esta situação crítica manifesta-se de maneira particularmente aguda se considerarmos a gestão dos recursos naturais do país. Apesar da extraordinária abundância de recursos naturais estratégicos incluindo vastas reservas de madeira nobre, significativos depósitos de gás natural e diversas reservas de valiosos recursos minerais cujos benefícios económicos e sociais derivados desta riqueza natural raramente, se é que alguma vez, alcançam efetivamente as comunidades locais que mais necessitam.

A deterioração do sistema educacional serve como um exemplo particularmente doloroso desta realidade: as instituições de ensino operam em condições absolutamente precárias, com infraestruturas severamente deficientes, ou mesmo inexistentes, sem carteiras adequadas para os estudantes ou salas de aula apropriadas para o processo de aprendizagem. Vários são os casos reportados pela *media* nacional e redes sociais de crianças que recebem aulas debaixo das árvores ou sentadas no chão em salas de aulas precárias (Valoi, 2024; Mboane, 2023; Rossi, 2018).

A situação é ainda mais grave quando consideramos que os alunos do ensino primário estão há mais de dois anos a ter aulas sem acesso ao livro escolar atualizado (Cossa, 2024; Afonso, 2024; Siteo, 2024), numa altura em que está em curso a implementação da mais recente reforma do Sistema Nacional de Educação (a lei 18/2018 de 28 de dezembro), uma circunstância que compromete significativamente a sua formação académica. Como resultado direto destes fatores combinados, o sistema educacional como um todo apresenta uma profunda e preocupante carência de qualidade, prejudicando as perspetivas futuras de toda uma geração.

A agricultura, um dos principais pilares fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico nacional, continua num estado extremamente rudimentar e tecnologicamente atrasado, na perspetiva de que a vasta maioria da população rural a permanece criticamente dependente de práticas agrícolas de mera subsistência, utilizando métodos tradicionais, pouco eficientes e totalmente dependentes da chuva (World Bank, 2022). A mecanização do sector agrícola é praticamente inexistente em grande parte do território nacional, com acesso extremamente limitado a equipamentos modernos, tecnologias agrícolas avançadas e sistemas de irrigação adequados. Como consequência, apesar do seu potencial agrícola caracterizado por vastas extensões de terra arável, Moçambique continua a registar bolsas de fome de forma cíclica, com maior incidência nas zonas rurais.

Paralelamente, os projetos de reassentamento populacional, implementados em resposta à crescente exploração de recursos naturais no território nacional, apresentam condições notoriamente precárias e profundamente inadequadas para uma habitação humana digna dos beneficiários. Estas áreas de

reassentamento são caracterizadas pela ausência crítica de infraestruturas básicas essenciais, incluindo sistemas de abastecimento de água potável, redes de saneamento básico, instalações de saúde e escolas, e pela carência generalizada de serviços fundamentais para a manutenção de uma qualidade de vida minimamente aceitável.

Esta situação altamente problemática tem sistematicamente gerado uma profunda e amplamente disseminada insatisfação nas comunidades diretamente afetadas por estes processos de realocação forçada, cujas vozes e reivindicações legítimas são consistentemente ignoradas pelas autoridades competentes, perpetuando um ciclo vicioso de marginalização social. Tal é o caso dos processos precários de reassentamento das populações dos distritos de Moatize, província de Tete, Nacala-à-Velha, província de Nampula e Larde, província de Cabo Delgado, afetadas pelos projetos de exploração de carvão mineral (Bata, 2023; Frei, 2019; Matos, 2017).

Este cenário, que já se apresenta extremamente crítico por si só, é substancialmente agravado pela presença persistente e sistemática de práticas corruptas profundamente enraizadas em todos os níveis da estrutura governamental, manifestando-se através de práticas consistentes e institucionalizadas de nepotismo na administração pública, e uma alarmante e deliberada falta de transparência na gestão e execução de contratos bilionários relacionados aos megaprojetos estratégicos de desenvolvimento nacional. Estas práticas nocivas e antiéticas acabam por beneficiar exclusivamente uma pequena e privilegiada elite governamental, que se perpetua no poder através de um sistema complexo de favores e benefícios mútuos, enquanto a esmagadora maioria da população permanece inexoravelmente mergulhada em condições de pobreza extrema e privação sistemática dos seus direitos mais fundamentais.

Portanto, a insatisfação popular acima referida manifesta-se como uma consequência direta e inevitável dessas profundas questões estruturais que afetam o tecido social moçambicano. A divulgação de resultados eleitorais marcados por irregularidades flagrantes e a prolongada demora na validação dos resultados eleitorais pelo Conselho Constitucional apenas representaram a manifestação mais visível de um problema profundamente enraizado e multidimensional.

Este artigo adota uma abordagem de pesquisa qualitativa que combina pesquisa bibliográfica e análise documental para fornecer uma compreensão abrangente das questões em debate. De acordo com Sousa, Oliveira e Alves (2021), a pesquisa bibliográfica constitui o ponto de partida de qualquer pesquisa científica no qual o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada, servindo de auxilia desde o início, pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico sobre o assunto da pesquisa a ser realizada e colaborando na escolha do problema e de um método adequado.

É com base nela que o pesquisador conhece melhor o fenômeno em estudo através do uso de

instrumentos tais como livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados. Por outro lado, a pesquisa documental constitui um processo de análise e interpretação de documentos tais como textos, registros ou arquivos, com o objetivo de entender os significados que esses documentos podem transmitir dentro de um determinado contexto de pesquisa, ou seja, a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno (Guba e Lincoln, 1981; Kripka, Scheller e Bonotto, 2015). A análise documental envolve a seleção criteriosa de fontes documentais relevantes, seguida de uma interpretação profunda para revelar padrões, temas e aspectos significativos que contribuem para a construção do conhecimento sobre um fenômeno ou questão de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica envolveu uma revisão exaustiva de artigos científicos publicados na última década, com foco nos processos de reassentamento inadequadamente conduzidos devido à implementação de megaprojetos em Moçambique. Essa investigação buscou identificar padrões, desafios e consequências associados a esses processos de reassentamento, destacando as ramificações sociais vivenciadas pelas comunidades afetadas. Além disso, a análise documental incluiu uma seleção criteriosa e um exame detalhado de notícias publicadas entre outubro e dezembro de 2024, que abordam especificamente os episódios de violência pós-eleitoral em Moçambique.

Ao analisar esses relatos jornalísticos, o estudo buscou compreender as narrativas em torno da instabilidade política e seu impacto sobre a sociedade nesse período conturbado. Ao sintetizar perspectivas extraídas tanto da literatura acadêmica quanto de reportagens jornalísticas, o artigo oferece uma reflexão crítica aprofundada sobre as implicações sociais e políticas dos fenômenos investigados. Essa abordagem integrada não apenas enriquece a discussão, mas também promove uma compreensão mais profunda da interconexão entre megaprojetos, desafios do reassentamento e dinâmicas políticas em Moçambique. Por meio dessa análise, o artigo busca contribuir para o debate mais amplo sobre desenvolvimento e governança na região.

2 Crise Pós-eleitoral e violência em Moçambique

Estas circunstâncias eleitorais problemáticas atuaram como um catalisador significativo, intensificando de maneira exponencial um descontentamento popular já latente e generalizado. Este cenário tem alimentado uma escalada sem precedentes da violência social (Figura 1 e 2), evidenciando uma transformação fundamental na dinâmica entre os cidadãos e as autoridades, caracterizada pela notável dissolução do medo que tradicionalmente inibia manifestações mais assertivas de protesto popular. Esta nova realidade também reflete uma mudança paradigmática na consciência coletiva da população moçambicana,

que agora demonstra uma disposição crescente para expressar ativamente a sua insatisfação com o status quo político e social.

Figura 1 - Residência oficial do administrador do distrito de Namacurra (província da Zambézia) incendiada por manifestantes.



Foto: autor desconhecido¹ (2024)

Figura 2: A sede do governo do distrito de Lalaua (província da Nampula) incendiada por manifestantes.



Foto: VUKA TV (2024)

¹ Esta imagem foi amplamente divulgada nas redes sociais.

Estas circunstâncias eleitorais problemáticas atuaram como um catalisador significativo, intensificando de maneira exponencial um descontentamento popular já latente e generalizado. Este cenário tem alimentado uma escalada sem precedentes da violência social, evidenciando uma transformação fundamental na dinâmica entre os cidadãos e as autoridades, caracterizada pela notável dissolução do medo que tradicionalmente inibia manifestações mais assertivas de protesto popular. Esta nova realidade também reflete uma mudança paradigmática na consciência coletiva da população moçambicana, que agora demonstra uma disposição crescente para expressar ativamente a sua insatisfação com o status quo político e social.

Após a divulgação dos resultados definitivos pelo Conselho Constitucional (CC) em 23 de dezembro de 2024, Moçambique enfrentou uma escalada de violência em várias regiões do país. A cidade e província de Maputo foram particularmente afetadas, com relatos de vandalismo contra bens públicos e privados, invasões e saques de armazéns e estabelecimentos comerciais. O bloqueio de vias públicas e os atos de vandalismo resultaram em confrontos entre manifestantes e a polícia. Devido à falta de meios adequados para contenção de massas, as forças policiais recorreram ao uso de balas reais para dispersar os manifestantes, resultando em mortes e ferimentos.

De acordo com informações detalhadas divulgadas pela Rádio Moçambique (RM), a escalada da violência pós-eleitoral em Moçambique resultou em um saldo trágico de 21 mortos durante um período crítico de apenas 24 horas, compreendido entre os dias 23 e 24 de dezembro de 2024. Durante este período turbulento, foram registrados diversos ataques coordenados contra instalações de segurança pública, incluindo esquadras policiais e estabelecimentos prisionais, bem como contra infraestruturas consideradas críticas para o funcionamento do país (Figura 3 e 4). A gravidade e a intensidade destes incidentes levaram o ministro do Interior a anunciar publicamente a necessidade imediata de implementação de medidas extraordinárias de reforço da segurança em todo o território nacional.

Porém, em meio a uma atmosfera de intensa contestação popular e manifestações generalizadas, no dia 15 de janeiro de 2025 realizou-se a cerimônia de tomada de posse do novo presidente, Daniel Francisco Chapo. O evento, realizado sob rigorosas medidas de segurança, foi marcado apenas pela presença de convidados oficiais, membros do corpo diplomático e autoridades governamentais, tendo sido excluída a participação da população em geral devido às preocupações com a segurança e a ordem pública.

Figura 3: Viatura Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique (PRM) de Lalaua (província da Nampula) incendiada por manifestantes.



Foto: Rádio Correio Kianda (2024)

Figura 4: Centro de Abastecimentos de medicamentos de Maputo incendiado no âmbito das manifestações.



Foto: Rádio Super FM (2024)

Num discurso cuidadosamente elaborado e marcadamente aglutinador, o novo presidente apresentou uma visão abrangente para formar um governo significativamente menos dispendioso e mais

eficiente. Entre as principais medidas anunciadas, destacam-se a eliminação completa dos cargos de Vice-ministro e Secretários de Estado equiparados a ministro, uma substancial redução do número de ministérios visando otimizar a estrutura governamental, e a eliminação da tradicional prática de aquisição de viaturas protocolares para os dirigentes do Estado. Estas medidas de austeridade e racionalização administrativa têm como objetivo primordial maximizar os recursos disponíveis para implementar programas e projetos concretos que possam efetivamente melhorar as condições e a qualidade de vida da população moçambicana.

Com estas transformações fundamentais na estrutura e funcionamento do aparelho estatal, inaugura-se uma nova e promissora etapa no sistema de governação de Moçambique. Este momento histórico apresenta-se como uma oportunidade única e significativa para que todos os moçambicanos, independentemente de suas diferenças políticas e ideológicas, possam unir esforços e trabalhar conjuntamente em prol da construção de um Moçambique mais próspero, justo e desenvolvido.

3 A busca por soluções para a Paz

Para que o país possa encontrar um caminho para a paz e a estabilidade, é imprescindível uma solução política imediata, que priorize o diálogo franco entre todas as partes envolvidas com uma estrita observância das recomendações que se seguem:

Solução 1: Reconhecimento das reivindicações populares: A presença massiva e crescente de cidadãos nas ruas a manifestar-se pacificamente, e por vezes com recurso à violência, é uma demonstração inequívoca e contundente do profundo desgaste coletivo que se acumulou ao longo dos anos. Esta mobilização social sem precedentes resulta diretamente de décadas de má governação sistemática que, de forma consistente e prejudicial, foi marginalizando e ignorando as reais necessidades e aspirações fundamentais dos cidadãos moçambicanos. A frustração generalizada da população reflete não apenas o descontentamento imediato, mas também uma profunda preocupação com o futuro do país e das próximas gerações. É absolutamente imperativo e urgente incorporar as demandas legítimas da população através de um processo participativo e transparente, transformando-as em políticas públicas concretas, mensuráveis e implementáveis que possam trazer mudanças significativas e duradouras para a vida dos cidadãos.

O primeiro passo significativo nessa direção já foi dado pelo novo presidente ao incorporar de forma abrangente e detalhada grande parte das inquietações e aspirações manifestadas pela população no seu discurso de tomada de posse, demonstrando uma clara disposição para ouvir e responder às demandas populares. No entanto, há uma necessidade premente e fundamental de que as ideias e propostas apresentadas sejam efetivamente implementadas através de um processo inclusivo e participativo que envolva todas as forças vivas da sociedade, desde organizações da sociedade civil até representantes dos diversos

setores econômicos e sociais. Em outras palavras, chegou o momento crucial de transcender a retórica e transformar as palavras em ações concretas, estabelecendo mecanismos claros de implementação, monitoramento e avaliação das medidas propostas.

Solução 2: Reformas estruturais da administração do estado: É fundamental implementar mudanças profundas na forma como o estado opera e se relaciona com os cidadãos. Isto inclui promover uma transparência total e rigorosa nos contratos de megaprojetos, garantindo que a população tenha acesso a informações detalhadas sobre os termos, condições e impactos destes investimentos. Além disso, é essencial estabelecer mecanismos robustos para responsabilizar as empresas multinacionais pelo seu impacto nas comunidades onde operam, assegurando que contribuam efetivamente para o desenvolvimento local através de programas sociais concretos e mensuráveis. No sector agrícola, torna-se imperativo realizar investimentos significativos na mecanização, visando aumentar a produtividade e melhorar as condições de vida dos agricultores e reduzir significativamente a importação de produtos alimentares de primeira necessidade. Paralelamente, é crucial implementar uma reforma abrangente do sistema educacional, focada na qualidade do ensino, na formação adequada dos professores e na construção, alargamento e modernização das infraestruturas escolares em todo o País.

Solução 3: Compromisso com a paz: Considerando a significativa e crescente influência de Venâncio Mondlane perante a juventude moçambicana e diversos outros sectores estratégicos da sociedade, torna-se fundamentalmente necessário assegurar a sua participação ativa e construtiva num diálogo aberto, transparente e sincero entre os múltiplos intervenientes relevantes.

Este diálogo deve necessariamente incluir o atual presidente da república, recentemente empossado, o segundo candidato mais votado, o Venâncio Modlane, os líderes dos partidos políticos da oposição e, de forma igualmente importante, envolver outras forças vivas e representativas da sociedade moçambicana (os académicos, religiosos, a sociedade civil, etc.), com o objetivo primordial de se alcançarem entendimentos construtivos sobre os vários pontos divergentes e questões controversas que atualmente causam um profundo e generalizado descontentamento popular.

Esta abordagem inclusiva e dialogante visa estabelecer e garantir um ambiente sustentável de convivência pacífica e harmoniosa entre todos os moçambicanos. Para viabilizar este processo de reconciliação nacional, poderá ser necessário considerar uma flexibilização criteriosa de determinados aspetos legais, especialmente tendo em conta os diversos processos judiciais atualmente em curso contra Mondlane na Procuradoria Geral da República (PGR). A implementação cuidadosa e ponderada destas medidas conciliatórias revela-se absolutamente essencial para prevenir e evitar uma potencial intensificação

da atual crise sociopolítica.

Solução 4: Promoção da boa governação: É imperativo proceder a uma reforma profunda e abrangente das instituições do Estado, com o objetivo primordial de eliminar ou, no mínimo, reduzir significativamente a partidarização excessiva que tem caracterizado a administração pública. Esta transformação institucional deve focar-se na implementação de sistemas de gestão mais transparentes e meritocráticos, estabelecendo critérios claros e objetivos para a seleção e promoção de funcionários públicos. Tais mudanças são fundamentais para criar condições que possibilitem um combate efetivo e sistemático à corrupção em todos os níveis governamentais, promovendo simultaneamente um ambiente institucional mais favorável e equitativo para todos os cidadãos.

Este novo paradigma de governação deve prioritariamente contemplar políticas específicas e programas concretos voltados para a geração sustentável de oportunidades de emprego, com especial ênfase na inclusão socioeconômica da camada jovem, que representa uma parcela significativa e vital da população moçambicana. Isto passa também por fazer uma revisão pontual da Constituição da República, de modo a reduzir os poderes excessivos do Presidente da República e promover a separação efetiva de poderes entre o poder legislativo, executivo e judicial. Nisto, é fundamental a participação de todos os sectores da sociedade, com particular enfoque no partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que suportou a candidatura de atual presidente.

Solução 5: Promoção e valorização da investigação: Para que o país possa implementar qualquer reforma estrutural e sustentável, é fundamental estabelecer um robusto sistema de investigação científica que produza resultados fidedignos, metodologicamente sólidos e empiricamente validados para fundamentar as decisões políticas e administrativas. A qualidade e credibilidade destas investigações são essenciais para garantir que as reformas propostas sejam baseadas em evidências concretas e análises aprofundadas da realidade moçambicana.

Para o efeito, é urgente e imperativo criar mecanismos abrangentes e eficazes de promoção da investigação científica, devolvendo este papel estratégico às universidades e aos centros de investigação, que devem ser devidamente equipados e financiados para realizar esta missão crucial para o desenvolvimento do país. É necessário desenvolver, aprimorar, implementar e fiscalizar rigorosamente as políticas de incentivo à pesquisa, estabelecendo critérios claros de qualidade e relevância, garantindo financiamento adequado e contínuo, e criando um ambiente institucional que valorize e reconheça o trabalho dos investigadores moçambicanos. Além disso, é fundamental estabelecer parcerias internacionais sólidas e promover a formação continuada dos investigadores, assegurando que estejam sempre atualizados com as mais recentes metodologias e práticas de pesquisa.

As cinco soluções delineadas acima têm o potencial de promover a paz em Moçambique. No entanto,

a sua eficácia dependerá da forma como serão implementadas e das atitudes e reações das partes envolvidas. O reconhecimento das reivindicações populares pode aliviar as tensões sociais, garantindo que as necessidades e aspirações da população sejam reconhecidas e atendidas, criando assim um ambiente mais inclusivo e equitativo. A implementação de reformas estruturais na administração pública poderia melhorar a eficiência governamental e reduzir a corrupção, levando a um aumento da confiança nas instituições e a maior estabilidade política. Um compromisso firme com a paz é essencial, exigindo um engajamento ativo tanto do governo quanto das facções opostas para resolver as disputas de forma não violenta.

Nesse contexto, é crucial envolver o Venâncio Mondlane em quaisquer negociações que tenha como objetivo a pacificação do país. Além disso, a promoção da boa governação facilitaria o estabelecimento de um sistema transparente e responsável que priorizem a gestão eficiente dos recursos e políticas públicas que atendam ao bem-estar da população, abordando assim as causas profundas da crise. Por fim, o incentivo e valorização da pesquisa pode fornecer dados e análises valiosas para orientar as políticas públicas e ajudar a identificar soluções mais funcionais para os desafios estruturais do país. Se essas soluções forem implementadas de maneira eficaz, coordenada e com o apoio de todas as forças vivas da sociedade, haverá mais possibilidades de se cultivar um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável, justiça social e estabilidade política, todos vitais para promover uma paz duradoura em Moçambique.

4 Conclusão

Moçambique encontra-se num momento verdadeiramente decisivo, crítico e transformador da sua história contemporânea, marcado por desafios complexos e oportunidades significativas que determinarão o futuro do país nas próximas décadas. Sem a implementação imediata, coordenada e estratégica de ações concretas, estruturantes e urgentes, fundamentadas num amplo consenso nacional e sustentadas por um compromisso genuíno de todas as forças políticas e sociais, o país enfrenta o risco iminente e preocupante de mergulhar numa crise social, política e económica prolongada, profunda e multifacetada. Esta situação delicada e potencialmente volátil, se não for adequadamente gerida e conduzida através de um diálogo inclusivo, construtivo e permanente entre todos os atores relevantes da sociedade moçambicana, pode potencialmente agravar-se e deteriorar-se para um cenário ainda mais alarmante e perturbador de conflito civil generalizado, cujas consequências seriam devastadoras, imprevisíveis e duradouras para o tecido social moçambicano, para a estabilidade regional e, principalmente, para as gerações futuras que herdarão o legado das decisões tomadas no presente momento.

A chave fundamental e incontornável para superar este momento particularmente crítico, desafiador e determinante reside essencialmente na disposição genuína, na vontade política inequívoca e no compromisso sincero de todas as partes envolvidas para estabelecer e manter um diálogo franco, aberto,

construtivo e sustentado no tempo, visando construir coletivamente um pacto nacional abrangente, duradouro e transformador que priorize, acima de quaisquer interesses particulares, partidários ou setoriais, o bem-estar integral e o desenvolvimento sustentável da população moçambicana em todas as suas dimensões.

O primeiro passo verdadeiramente promissor e significativo nessa direção foi dado pelo novo presidente ao incorporar, de forma abrangente, sensível e atenta, as profundas inquietações e legítimas aspirações manifestadas pela população em seu histórico e memorável discurso de posse, demonstrando não apenas disposição, mas um compromisso genuíno para ouvir atentamente e responder de maneira efetiva às demandas populares mais urgentes e prementes. Porém, urge a necessidade absolutamente premente e inadiável de que as ideias inspiradoras e os compromissos fundamentais apresentados sejam implementados através de um processo genuinamente inclusivo, amplamente participativo e rigorosamente transparente que mobilize e integre todas as forças vivas e atuantes da sociedade moçambicana — desde organizações estruturadas da sociedade civil e movimentos sociais organizados até comunidades tradicionais respeitadas e representantes legítimos dos diversos e importantes setores econômicos, sociais, culturais e religiosos do país.

Chegou definitivamente o momento histórico e determinante de transcender a mera retórica política e transformar efetivamente palavras bem-intencionadas em ações concretas, tangíveis e adequadamente mensuráveis, estabelecendo mecanismos robustos, claros e verdadeiramente participativos de implementação, monitoramento sistemático e avaliação criteriosa das medidas propostas, garantindo assim não apenas sua efetividade imediata, mas também sua sustentabilidade duradoura no longo prazo.

Para esse efeito, é fundamental efetivar a separação e interdependência dos poderes. O presidente da República deve eliminar, ou pelo menos minimizar, a sua dependência em relação ao partido governamental, a FRELIMO, evitando assim interferências político-partidárias na ação governativa do Estado. Dessa forma, criam-se condições para a despartidarização do aparelho estatal rumo à prosperidade do país.

Referências

AFONSO, Marta. Mais de 90 por cento do livro escolar ainda não foi entregue aos alunos, **Carta de Moçambique**, (15 de maio de 2024). Disponível em: <https://www.cartamz.com/index.php/sociedade/item/16595-mais-de-90-por-cento-do-livro-escolar-ainda-nao-foi-entregue-aos-alunos>

BATA, Eduardo Jaime. Mineração do carvão e reassentamentos "forçados": O sentido de lugar e a(s) nova(s) configuração identitária nas comunidades atingidas pela Vale e Riversdale em Moatize, Moçambique, **Boletim GeoÁfrica** v. 2, n. 7, p. 49-75, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.59508/geoafrica.v2i7.61554>

CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento. Milhões de crianças vão terminar o primeiro trimestre sem livro escolar de distribuição gratuita (4 de abril de 2022). Disponível em: <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2022/04/Milhoes-de-criancas-vaio-terminar-o-primeiro-trimestre-sem-livro-escolar-de-distribuicao-gratuita.pdf?>

COSSA, Dário. MINEDH falha meta de imprimir e distribuir mais de 22 milhões de livros escolares, **O País** (28 de agosto 2024), Disponível em: <https://opais.co.mz/minedh-falha-meta-de-imprimir-e-distribuir-mais-de-22-milhoes-de-livros-escolares/#:~:text=MINEDH%20falha%20meta%20de%20imprimir%20e%20distribuir,%20Dario%20Cossa.%20%2025/08/2024.%20%2020:25.>

FREI, Vanito Viriato Marcelino. Megaprojetos de mineração e o ônus do “desenvolvimento” nas comunidades locais no norte de Moçambique: o caso do distrito de Nacala-a-Velha, em Nampula, **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 8, n. 2, p. 60-92, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v60i0.79716>

GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Effective Evaluation**. San Francisco: Jossey-Bass, 1981.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigações UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015. Disponível em: <https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/viewFile/1455/1771>. Acesso em: [29 de dezembro de 2024].

MANUEL, Nelio. A exploração mineira e o processo de reassentamento em Moçambique: Uma análise das comunidades expropriadas pela Vale no distrito de Nacala-à-Velha, **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 8 n. 1, p. 235-252, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2238-8052.2019.239611>

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de. Os territórios das comunidades locais no contexto da exploração mineira em Moçambique (pp. 191 – 213). In: M. R. M. Vieirae L. Michele, **Dinâmicas do Espaço Agrário: Velhos e Novos Territórios**. EvanGraf, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/157422>

MBOANE, Nélia. Mais de 50 mil alunos estudam ao “ar livre” na província de Maputo, **O País**, (1 de julho de 2023). Disponível em: <https://opais.co.mz/mais-de-50-mil-alunos-estudam-ao-ar-livre-na-provincia-de-maputo/?>

ROSSI, Amanda. “Eu estudo na Mangueira 6” - as árvores que são salas de aula para mais de 400 mil crianças em Moçambique, BBC News, (1 de janeiro 2018). Brasil, Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42496053?>

SITOE, Duarte. Falta de livros de distribuição gratuita condiciona processo de ensino e aprendizagem, **Evidências**, (28 de maio de 2024). Disponível em: <https://evidencias.co.mz/2024/05/28/falta-de-livros-de-distribuicao-gratuita-condiciona-processo-de-ensino-e-aprendizagem/>

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>. Acesso em: [18 de dezembro de 2024].

VALOI, Estacio. Moçambique: Aumenta o número de crianças que estudam no chão, **Moz24h**, (16 de maio de 2024). <https://moz24h.co.mz/mocambique-aumenta-o-numero-de-criancas-que-estudam-no-chao/>

WORLD BANK. **Climate-Smart Agriculture in Mozambique**. 2022. Disponível em: <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/2019-06/CSA-in-Mozambique.pdf>. Acesso em: 23 de Setembro de 2024